



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008474-64.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Niels Bohr Educacional Ltda.**
 Requerido: **Luiz Roberto Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

NIELS BOHR EDUCACIONAL LTDA (COLÉGIO INTERATIVO) ajuizou a presente Ação de **Cobrança** em face de **LUIZ ROBERTO PEREIRA**, todos devidamente qualificados.

Aduziu a autora que é credora do requerido pelo valor de R\$ 11.133,97 em razão de mensalidades escolares dos meses de fevereiro a dezembro de 2017.

A inicial veio instruída com documentos de fls. 06/28.

Devidamente citado (fls. 35), o réu não ofereceu defesa (fls. 36) ficando reconhecido em estado de contumácia.

É o relatório.

DE C I D O.

A causa comporta julgamento antecipado nos

1008474-64.2018.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

termos do art. 330, II, do Código de Processo Civil.

A pretensão é procedente.

Ante a ocorrência do efeito material da revelia presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344 do CPC).

Com o silêncio o requerido confessou ser devedor da quantia de R\$ 11.133,97, relativa aos serviços educacionais prestados pela autora à sua (dele) filha, de nome YASMIN G. PEREIRA.

A dívida do postulado tem vencimento certo e valor conhecido, cuja exigibilidade é imediata, de forma que a simples ausência de pagamento já é capaz de configurar a mora do devedor.

Assim, trata-se de mora "ex re" e nesse caso impõe-se a aplicação do disposto no art. 397, caput, do CC: "o inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor".

Portanto, a correção monetária e os juros decorrem da mora do devedor, cuja caracterização se operou a partir do vencimento das mensalidades.

* * *

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** a súplica inicial para o fim de **CONDENAR** o requerido **LUIZ ROBERTO PEREIRA** a pagar a autora, **NIELS BOHR**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

EDUCACIONAL LTDA. (COLÉGIO INTERATIVO) o valor das mensalidades elencadas na planilha de fls. 25, sendo que cada valor experimentará correção monetária e juros de mora a contar da data de cada vencimento

Sucumbente, arcará o requerido com as custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% sobre o valor da condenação.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 e 524, do CPC.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 22 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**